

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.615.841 - PE (2016/0191823-0)**

**RELATORA** : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**  
**RECORRENTE** : **FAZENDA NACIONAL**  
**RECORRIDO** : **MARILUCE DANTAS DE SIQUEIRA**  
**ADVOGADOS** : **GILBERTO JOSÉ GOES DE MENDONÇA E OUTRO(S) - PB012544**  
                  **DANIEL THADEU MOURA DUARTE DOS SANTOS - PB013160**

**DECISÃO**

Trata-se de Recurso Especial, interposto pela FAZENDA NACIONAL, mediante o qual se impugna acórdão, proferido pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado:

"Processual Civil. Apelação contra sentença que rejeitou liminarmente os presentes Embargos à Execução, amparada no art. 739, inc. I, do Código de Processo Civil, ante a sua intempestividade.

1. No caso, verifica-se dos autos que, de fato, houve equívoco, por parte da Secretaria, no processamento do feito, ao efetivar a intimação da decisão de que ora se trata, encaminhando a publicação a advogado estranho à lide, daí porque penso que o termo inicial do prazo para o ajuizamento dos Embargos à Execução seria a data da republicação da decisão (f. 82-83), que se deu em 11 de setembro de 2013, conforme Certidão de f. 119.

2. Se é certo que a interposição de exceção de pré-executividade não suspende o prazo para o oferecimento dos embargos, e ainda que esteja pacificado o entendimento de que, nas execuções fiscais, o prazo dos embargos é contado a partir da intimação da constrição realizada (em conta bancária do executado) pelo sistema BACEN-JUD, não se pode desconsiderar que, havendo decisão do juízo executivo reabrindo o prazo para o oferecimento dos embargos à execução, é da publicação deste último ato judicial que se conta o trintídio legal.

3. Tendo o embargante tomado ciência da decisão de f. 82/83 destes autos em 11 de setembro de 2013, e ajuizados os embargos à execução em 10 de outubro de 2013 (f. 03), isto é, dentro do prazo de trinta dias previsto no inc. III do art. 16 da Lei 6.830/80, não há que se falar em intempestividade.

4. Provimento da apelação" (fl. 465e).

Embargos de Declaração rejeitados (fls. 476/479e).

Alega-se, nas razões do Recurso Especial, manejado com apoio na alínea **a** do permissivo constitucional, ofensa aos arts. 535, II, do CPC/73 e 16 da Lei 6.830/80.

Sustenta e requer, a parte recorrente, em síntese, o seguinte:

"Cuida-se de acórdão que reformou anterior reconhecimento de intempestividade dos embargos à execução fiscal da parte adversa. Para tanto, desconsiderou a data da inequívoca ciência do embargante quanto à constrição judicial para passar a contar o prazo de embargos apenas a partir da republicação de posterior decisão judicial sobre a exceção de preexecutividade.

Observe-se primeiramente que o cabimento do presente recurso especial já se configura, com especial clareza, em razão da ofensa direta ao artigo 535 do Código de Processo Civil. Com efeito, a Fazenda Nacional interpôs tempestiva e regularmente os embargos de declaração de fls. 450/456 alertando para omissão judicial quanto a ponto indispensável para o correto deslinde do feito e que já era expresso na própria apelação; mas, em que pese tudo isso, a corte regional lançou mão de curtíssima decisão de não cabimento recursal, configurando claramente hipótese de negativa de prestação jurisdicional e persistência em omissão vedada pelo artigo 535 do CPC.

Dessa forma, deixa-se de logo consignado o pedido de conhecimento do presente recurso especial, pelo menos, para determinar que as instâncias ordinárias examinem finalmente os embargos de declaração oportunamente apresentados nos autos.

Não bastasse esse ponto inicial, há mais a considerar na demonstração da viabilidade e necessidade de provimento do presente recurso. É que essa persistente omissão judicial acabou por impedir o correto julgamento da lide, mantendo ofensa frontal ao artigo 16 da LEF CPC.

Com efeito, o julgamento regional apegou-se a fundamentação exclusiva sobre a data de republicação de decisão sobre a exceção de preexecutividade, por equívoco no nome dos advogados na comunicação original; mas a real questão – alertada e reiterada pela Fazenda Nacional – é outra e distinta: o artigo 16 da LEF fala em contagem do prazo para embargar a partir da ciência do devedor quanto à constrição judicial (não da ciência de específico advogado quanto à eventual solução de incidente), e 'os embargantes compareceram aos autos da execução fiscal, em 08/08/2013 e protocolizaram pedido de desbloqueio, o que denota ciência inequívoca do ato de constrição'.

É essa a real questão recursal que há de ser examinada, ainda que hipoteticamente em sentido desfavorável à Fazenda Nacional. E é apenas esse adequado exame do processo que se está, mais uma vez, pedindo em juízo.

Reforçado tudo isso, a Fazenda Nacional vem requerer o provimento do presente recurso especial, seja para reforma imediata do julgamento regional, seja para que haja a devolução do feito às instâncias ordinárias com ordem de exame dos embargos de declaração em referência" (fls. 489/490e).

Contrarrazões às fls. 495/499e.

Recurso Especial admitido (fl. 501e).

O presente recurso merece prosperar.

Pacífica a jurisprudência do STJ no sentido de que, havendo prova da inequívoca ciência do executado acerca da penhora deferida em sede de execução fiscal, não há necessidade de sua intimação formal, iniciando-se o prazo para os embargos na data daquela efetiva ciência.

Senão, vejamos:

**"TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. EXECUÇÃO FISCAL. CIÊNCIA INEQUÍVOCA DA ORDEM DE PENHORA *ON LINE*. TERMO A *QUO* PARA OFERECIMENTO DE EMBARGOS À EXECUÇÃO. INTIMAÇÃO FORMAL. DESNECESSIDADE. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. DESCABIMENTO.**

I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Aplica-se, no caso, o Código de Processo Civil de 2015.

**II - Demonstrada ciência inequívoca do executado quanto à penhora *on-line*, é desnecessária sua intimação formal para que se tenha início o prazo para o ajuizamento dos embargos de execução. Precedentes.**

III - A parte agravante não apresenta argumentos suficientes para desconstituir a decisão recorrida.

IV - Em regra, descabe a imposição da multa prevista no art. 1.021, §

4º, do Código de Processo Civil de 2015 em razão do mero desprovidimento do Agravo Interno em votação unânime, sendo necessária a configuração da manifesta inadmissibilidade ou improcedência do recurso a autorizar sua aplicação, o que não ocorreu no caso.

V - Agravo Interno desprovido" (STJ, AgInt no REsp 1.756.662/SP, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 11/04/2019).

"PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO. PENHORA. EMBARGOS À EXECUÇÃO. CIÊNCIA INEQUÍVOCA DA PENHORA ON-LINE. TERMO A *QUO* PARA IMPUGNAÇÃO. INTIMAÇÃO FORMAL. PRESCINDIBILIDADE.

I - O presente feito decorre de embargos opostos contra execução fiscal, objetivando afastar a cobrança de suposto crédito tributário relativo a débito de ICMS. Na sentença, os embargos foram rejeitados. No Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, a sentença foi mantida.

II - O Superior Tribunal de Justiça tem jurisprudência da Corte Especial no sentido de que, demonstrada ciência inequívoca do executado quanto à penhora *on-line*, é desnecessária sua intimação formal para que se tenha início o prazo para o ajuizamento dos embargos de execução. Nesse sentido: REsp n. 1.439.766/MT, Rel. Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, julgado em 5/12/2017, DJe 18/12/2017 e EREsp n. 1.415.522/ES, Rel. Ministro Felix Fischer, Corte Especial, julgado em 29/3/2017, DJe 5/4/2017. No mesmo sentido, confirmam-se, ainda, as seguintes decisões monocráticas: REsp n. 1.491.183/PE, Rel. Min. Sérgio Kukina, DJe 8/11/2017; REsp n. 1.453.533/PR, Rel. Min. Assusete Magalhães, DJe 27/6/2018 e REsp n. 1.697.151/SP, Rel. Min. Herman Benjamin, DJe de 11/12/2017.

III - Agravo interno improvido" (STJ, AgInt no REsp 1.639.687/RS, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJe de 12/12/2018).

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, III, do RISTJ, **dou provimento** ao Recurso Especial, de modo a reconhecer a intempestividade dos Embargos à Execução Fiscal.

Fixo honorários advocatícios em favor do recorrente, no percentual mínimo

# *Superior Tribunal de Justiça*

estipulado no art. 85, § 3º, I a V, do CPC/2015, a ser apurado em execução de sentença.

I.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES

Relatora